

As estratégias de *hedging* na política de segurança sul-coreana: uma análise realista neoclássica sobre as percepções sul-coreanas acerca da China entre 2013-2022

*Hedging strategies in south korean security policy: a neoclassical realist analysis of south korean perceptions of China between 2013-2022*

**Martha Silveira Nummer**

Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Santa Maria – RS, Brasil (marthanmmr@gmail.com)

 <https://orcid.org/0009-0004-9602-402X>

**Alana Camoça Gonçalves de Oliveira**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Relações Internacionais, Rio de Janeiro – Rj, Brasil (alanacamoca@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-0330-3368>

**Resumo**

O artigo analisa a estratégia de política externa da Coreia do Sul para a China durante os governos de Park Geun-hye(2013-2016) e Moon Jae-in(2017-2022) por meio dos Livros Brancos de Defesa da Coreia do Sul e documentos oficiais durante o período supramencionado. Objetiva-se compreender se a Coreia do Sul utiliza a política de hedge nas suas relações com a China para garantir estabilidade estratégica e prosperidade econômica.

**Abstract**

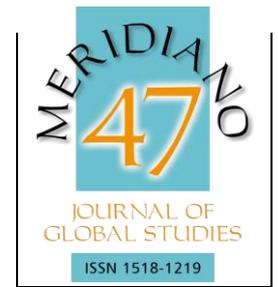
The article analyzes South Korea's foreign policy strategy towards China during the administrations of Park Geun-hye (2013-2016) and Moon Jae-in (2017-2022) through South Korea's Defense White Papers and official documents during the aforementioned period. The objective is to understand whether South Korea employs a hedging policy in its relations with China to ensure strategic stability and economic prosperity.

**Palavras-chave:** China; Coreia do Sul; Hedging; Política de Segurança; Realismo Neoclássico.

**Keywords:** China; South Korea; Hedging; Security Policy; Neoclassical Realism.

Submetido em 05/09/2023

Aceito em 27/12/2023



## Introdução

Nos últimos anos, a China tem provocado transformações tectônicas no cenário internacional e impulsionado novos dilemas de segurança no Nordeste Asiático com a intensificação de tensões entre países presentes na região. Nesse cenário, um importante ator é a Coreia do Sul (ROK). O país, além de ser um tradicional aliado dos Estados Unidos (EUA) desde a segunda metade do século XX, demonstra ênfase no aumento de suas relações bilaterais com a China, o que o torna um objeto de análise bastante peculiar em meio à disputa hegemônica entre a superpotência e a potência em ascensão. Historicamente, desde o fim da Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coreia (1950-1953), a Coreia do Sul intensificou relações com os Estados Unidos, firmando em 1953 um acordo de Segurança-Mútua entre os dois países (Cha, 2009) e obteve benefícios também econômicos dessa aproximação. No caso da China, apesar das relações históricas entre as duas regiões durante séculos, somente em 1992 a República da Coreia e a China estabeleceram relações diplomáticas, como consequência do fim da Guerra Fria. Ainda, desde 2004 o gigante asiático se tornou o principal parceiro comercial da ROK e ambos conservam importantes relações diplomáticas em meio às tensões na península.

Existe uma vasta literatura dedicada à análise das ramificações da ascensão chinesa, dada a sua relevância atual e a China como uma nação altamente interdependente com diversos atores no Sistema Internacional (SI). Autores de língua inglesa, como Bedeski (1995), Han (2008), Kang (2009) e Kim (2020), têm direcionado seus esforços para o Nordeste Asiático, buscando compreender principalmente as implicações desse processo de ascensão chinesa para países como Japão e ROK, que são aliados estratégicos dos Estados Unidos, mas mantêm intensas relações econômicas com seu vizinho.

O objetivo do presente trabalho é analisar, a partir do debate de equilíbrio de poder e dos realismos, as políticas externas e de seguranças adotadas pela ROK, e as suas percepções acerca da China durante os governos da conservadora Park Geun-hye (2013 a 2017) e do democrata Moon Jae-in (2017 a 2022), compreendendo possíveis diferenças entre eles. A metodologia utilizada consiste na análise dos Livros Brancos de Defesa, discursos oficiais e outros documentos, buscando identificar ações na política externa do país para com a China. O trabalho também objetiva trazer mais atenção à discussão sobre os dilemas de segurança no Leste Asiático, que ainda se encontra pouco explorada na língua portuguesa.

O artigo, além da introdução e da conclusão, conta com três seções. Na primeira seção, é realizada uma apresentação do marco teórico escolhido - as teorias realistas - e a conceituação de *hedging* como uma alternativa ao *balancing* e ao *bandwagoning*. Na segunda parte realizamos um apanhado histórico sobre as relações sino-coreanas com o objetivo de ilustrar o papel adotado por cada Estado ao longo do tempo e como essa relação está sendo alterada dentro das atuais dinâmicas de poder e segurança no Nordeste Asiático. A terceira seção consiste na efetiva análise da política externa e de segurança da ROK para a China durante os governos mencionados anteriormente. Por

fim, a conclusão busca apontar se há ou não a existência de *hedging* nas políticas desses governos, qual sua intensidade e possíveis motivações que levaram a ele.

### Os realismos e o conceito de ‘hedging’

Waltz (1979) define que as relações entre Estados são determinadas pela dinâmica do Sistema Internacional anárquico na qual estão inseridas e, portanto, a sobrevivência é o principal objetivo dos países. Parte-se da ideia de que todas as unidades estatais se comportam de maneira semelhante dadas as condições permanentes do ambiente em que agem. Nesse cenário, as variáveis estruturais são as capacidades materiais (distribuição de poder) e a polaridade (multipolar, bipolar ou unipolar) vivenciada em um determinado momento histórico.

Na teoria de Waltz (1979), um dos principais debates é a questão do equilíbrio de poder, característica inerente, e mecânica, do SI. Segundo Dawood (2018), por equilíbrio de poder, os estudiosos frequentemente se referem à situação ou condição sistêmica em que um equilíbrio de poder é observado quando consideradas as principais unidades de um determinado SI. Em um SI anárquico compreende-se que as unidades do sistema atuarão para evitar a formação de concentrações de poder (desbalanceamento) e que os Estados irão buscar neutralizar as concentrações de poder já formadas.

Para tanto, dentro da teoria do equilíbrio de poder, os Estados podem optar por dois comportamentos: *balancing* ou *bandwagoning*. O *balancing* normalmente é o comportamento que assume os Estados contrários à ascensão de um país hegemônico, restringendo-o politicamente e/ou militarmente. Nesse cenário, o *balancing* pode assumir duas formas: *balancing* interno<sup>1</sup> ou externo<sup>2</sup>.

Em relação a outra opção a ser perseguida no sistema internacional, Randall Schweller, em seu texto *Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In* de 1994, descreve o *balancing* como uma opção muito custosa aos países e que seria raramente vista como a melhor opção. Para tanto, os países optariam por realizar o *bandwagoning*, que é o comportamento mais comum aos Estados, normalmente atendendo ao perfil de uma média potência ou um país de baixa relevância no SI, que se veem obrigados a aliar-se ao seu inimigo para evitar maiores perdas materiais. Nesse caso, o argumento de Schweller é de que o *bandwagoning* é a prática de melhor custo-benefício para as nações e que as duas opções são fundamentalmente diferentes, pois o *bandwagoning* tem o objetivo

---

<sup>1</sup> O *balancing* interno implica esforços econômicos, tecnológicos e especialmente militares empreendidos por um Estado usando seus próprios meios para combater a acumulação de capacidades militares por um possível adversário. Segundo Dawood (2018, p.76), no âmbito do *balancing* interno, um país pode escolher uma combinação dos seguintes comportamentos: 1) compensação – que se refere a um aumento no número ou qualidade das armas já existentes no descarte do balanceador; 2) emulação – copiar ou reproduzir as capacidades do oponente; e/ou 3) inovação – criar novas capacidades que ajudam a combater as de um oponente em potencial.

<sup>2</sup> O *balancing* externo, por sua vez, implica na criação de alianças militares (formais e informais) para lidar com a possibilidade de guerra e a ascensão de outro competidor (Waltz, 1979).

de maximizar ganhos e redução de perdas, ao contrário do *balancing* que é uma resposta imediata para uma ameaça (Schweller, 1997).

Entre a ação de *balancing* e de *bandwagoning*, considerados os dois extremos da teoria do equilíbrio de poder, são criadas alternativas intermediárias na literatura, como o *buck-passing*, *accommodation*, *soft-balancing* e, finalmente, o *hedging*. (Lake, 1996; He, 2008). Não há consenso entre acadêmicos sobre o que a ideia de *hedging* representa concretamente, mas é possível inferir que ele ocorre quando um país toma atitudes ambíguas para evitar perdas materiais. Nas palavras de Lake (1996), ele significa “Uma apólice de seguro contra o oportunismo”.<sup>3</sup> Para fins metodológicos, o presente trabalho utiliza da conceituação evidenciada por Kei Koga no artigo *The Concept of “Hedging” Revisited: The Case of Japan’s Foreign Policy Strategy in East Asia’s Power Shift*, que define ‘*hedging*’ como “o comportamento de um Estado que tenta manter a ambiguidade estratégica para reduzir ou evitar os riscos e incertezas de consequências negativas produzidas pelo *balancing* ou pelo *bandwagoning*”.<sup>4</sup> (Koga, 2018, p. 638, tradução nossa).

A escolha dessa abordagem se justifica pela capacidade do *hedging* de reunir diferentes posições em torno de um único conceito, aumentando a capacidade de atuação de potências médias, como a ROK, em relação às grandes potências, como a China. Além disso, a necessidade de uma definição mais precisa para categorizar o *hedging* como uma terceira opção de comportamento também é um fator determinante. Segundo Koga (2018) existem seis padrões principais de *hedging*, como pode ser observado na tabela abaixo.

**Tabela 1 - Tipos de movimentos de *hedging* possíveis de serem realizados**

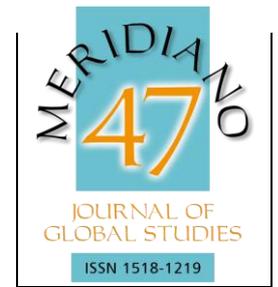
	Balancing Econômico	Balancing Militar	Balancing Diplomático
Bandwagoning Econômico	-	Hedging convencional	Hedging suave
Bandwagoning Militar	Hedging econômico	-	Hedging de segurança
Bandwagoning Diplomático	Hedging diplomático	Hedging político-militar	-

Fonte: Koga (2018, tradução nossa)

Em termos econômicos, um Estado pode se envolver em *balancing* econômico ou *bandwagoning* econômico. O primeiro refere-se ao uso de instrumentos como as sanções econômicas, enquanto o segundo visa fortalecer as interações econômicas mesmo à custa do aumento da

<sup>3</sup> No original, “an insurance policy against opportunism”.

<sup>4</sup> No original, “refers to a state behavior that attempts to maintain strategic ambiguity to reduce or avoid the risks and uncertainties of negative consequences produced by balancing or bandwagoning alone”.



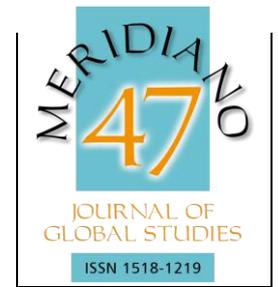
dependência. No campo militar, criar uma nova aliança militar contra um estado-alvo é um ato de balanceamento, mas alinhar-se militarmente com uma fonte potencial de ameaça é um *bandwagoning* militar. Exercícios militares conjuntos ou diplomacia de defesa que podem ser usados para fortalecer a interoperabilidade ou aumentar a transparência da defesa são vistos como ferramentas de *balancing* ou *bandwagoning*, dependendo do contexto político. Por fim, no campo diplomático, o uso de instituições internacionais pode ser identificado como *balancing* diplomático ou *bandwagoning* diplomático (Koga, 2018).

Koga (2018) expande as reflexões sobre o *hedging* e como categorizá-lo no cenário internacional. Todavia, ainda assim o presente artigo considera que é interessante incorporar elementos de nível doméstico, interveniente, para compreender as ações dos Estados de forma mais clara. Analisando possíveis elementos que influenciam a decisão de um Estado de seguir com uma estratégia de *balancing*, *bandwagoning* ou *hedging*. Afinal, por mais que os Estados sejam impelidos a se comportarem de determinadas formas pela polaridade (Waltz, 1979), proximidade geográfica e pré-existência de arranjos de segurança (Koga, 2018), existem variáveis em nível doméstico que podem nos ajudar a melhor compreender determinadas agendas e mudanças no comportamento de países. Nesse caso, o realismo neoclássico é uma ferramenta interessante de ser incorporada em nossas análises sobre a Coreia do Sul e seu comportamento em relação à China.

Rose (1998) enfatiza o papel dos tomadores de decisão em suas respectivas agendas internacionais, argumentando que apenas as pressões sistêmicas são insuficientes para explicar o comportamento dos Estados. Com o objetivo de evitar a “lista de compras” do realismo neoclássico na escolha das variáveis intervenientes, este artigo parte apenas da análise das lideranças (Ripsman; Lobell; Taliaferro, 2016) associando-as aos seus partidos políticos, seus interesses e suas ideias que influenciaram diretamente os processos de tomada de decisão para mudanças ou ajustes nas políticas externas e de segurança da ROK (*leader images*).

Nesse ponto podemos desenvolver nossas análises nos governos Park (2013-2017) e Moon (2017-2022). Os protagonistas nesse processo de formulação de decisões podem ser chamados como os Executivos da Política Externa (EPE), que englobam o presidente, primeiro-ministro ou líder ditatorial, assim como os integrantes do gabinete, ministros e assessores. Essa variável não apenas considera quem são os responsáveis por tomar decisões - incluindo a filiação partidária -, mas também abrange os valores, crenças e interesses individuais de cada EPE no momento em que determinada escolha é feita. Observando o caso sul coreano, apesar de ser uma república presidencialista multipartidária, existem espectros que guiam os presidenciáveis que pertencem a determinada filiação partidária.

Para o presente artigo consideramos o Partido do Poder Popular (PPP) e o Partido Democrático da Coreia (PDK). O PPP, sucessor do partido Saenuri, é considerado o expoente do conservadorismo coreano e representa ideias alinhadas à direita como o livre comércio, o neoliberalismo e o anticomunismo, além de advogar pelas relações entre ROK e EUA. Os conservadores são herdeiros políticos da ditadura autoritária e anti-comunista de Park Chung-hee (1963–1978). Tradicionalmente, promovem uma forte aliança com os Estados Unidos e favorecem uma política linha-dura em relação



à Coreia do Norte (RPDC). Já o PDK adere a ideias de centro e centro-esquerda através do progressismo, suas lideranças geralmente mais inclinadas a uma abordagem conciliatória em relação ao Norte e a uma cooperação abrangente com a China, ao mesmo tempo são mais críticos em relação à aliança da ROK com os EUA, bem como em relação ao Japão (Maduz, 2023).

### As relações sino-coreanas em perspectiva histórica: breves apontamentos

As relações entre a península coreana e a China continental são encontradas em registros pré-históricos, ainda que a retomada das relações diplomáticas entre o Estado da República da Coreia e a República Popular da China seja relativamente recente. Conforme Bedeski (1995), a Coreia sempre foi uma importante localidade geográfica disputada por chineses e japoneses por séculos, sendo a política da China direcionada ou para a dominação, ou para salvaguardá-la do Japão. Consoante ao comportamento chinês, a Dinastia Joseon, até o ano de 1897 - ano da criação do Império Coreano, com filosofias ocidentais - adotava uma política confuciana chamada de *sadae*<sup>5</sup> que consistia no reconhecimento da China como centro de uma ordem mundial confuciana e concentrando seus esforços em manter uma boa diplomacia com seu vizinho.

A partir do final da Guerra da Coreia em 1953 até agosto de 1992, as relações entre ROK e China eram extremamente limitadas e concentravam-se no âmbito econômico (Bedeski, 1995). Entre os anos de 1950 e 1960 as relações entre Pequim e Seul foram caracterizadas pela hostilidade, onde Pequim manteve uma política que reconhecia a RPDC como o único governo legítimo na Península Coreana e via a aliança EUA-ROK como parte da estratégia de cerco de Washington (Lee, 2020). Essa configuração era uma consequência direta da divisão ocorrida durante a guerra, pois a China era responsável por financiar a RPDC e sua tentativa de unificação sob um regime comunista. Por outro lado, a ROK permaneceu sob a zona de influência norte-americana e os chineses temiam que uma aproximação poderia ser mal-interpretada pelos norte-coreanos (Bedeski, 1995). As disputas envolvendo a península coreana e as zonas de influência indicavam características claras sobre o sistema bipolar, onde qualquer política de *hedging* era raramente utilizada porque ambas as superpotências balanceavam uma à outra, enquanto as potências secundárias tinham dificuldade em manter a ambiguidade ou neutralidade estratégica, sendo compelidas a realizar *bandwagoning* ou *balancing* (Koga, 2018).

O processo de formalização das relações sul-coreanas com a China ocorreu dentro de uma política denominada *nordpolitik*<sup>6</sup>, iniciada na década de 1980, que objetivava transcender ideologias e sistemas sociais em prol da cooperação econômica. Nota-se que esse processo somente foi possível após as transformações na década de 1970 com a reaproximação sino-americana em 1971-1972 e mudanças dentro da política chinesa com a ascensão de Deng Xiaoping enquanto líder supremo e a

<sup>5</sup> Do coreano *사대주의*, que significa 'ideologia de servir ao Grande'.

<sup>6</sup> "Política do Norte" em alemão. Foi parte da política externa do presidente Roh Tae-woo para normalizar as relações diplomáticas com os principais aliados da RPDC e inspirada na Ostpolitik (Política Oriental) da Alemanha Ocidental em relação à sua outra metade.

política de abertura (Lee, 2020). Em relação ao segundo ponto, os dois países asiáticos se abriram ao comércio e às viagens internacionais.

Lee (2020) defende que existem três marcos essenciais para entender as relações sino-coreanas contemporâneas. O primeiro foi a normalização das relações entre ambos os países em 1992. O segundo seria a Parceria Cooperativa Estratégica de 2008 e, por fim, a presença de Park Geun-hye e Xi Jinping na comemoração do 70º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial em 2015. Apesar de momentos turbulentos como a disputa sobre Goguryeo<sup>7</sup>, Lee (2020) argumenta que as relações entre os dois países apresentaram certa continuidade e a interdependência sul-coreana com a China continuou a aumentar.

Diferente do caso japonês, em que um partido, o Partido Liberal Democrata (LDP), governou quase ininterruptamente, na ROK, após o fim da ditadura militar e a instauração de eleições livres e diretas em 1988, administrações com tendências de esquerda ou direita assumiram alternadamente o poder. Tais mudanças, de alguma forma, influenciaram o comportamento do país em relação à China. Em relação ao período de normalização, por exemplo, após o avanço diplomático em 1992, as relações ROK-China desfrutaram de um período de interdependência econômica bilateral e os laços culturais se expandindo e se aprofundando dramaticamente (Lee, 2020).

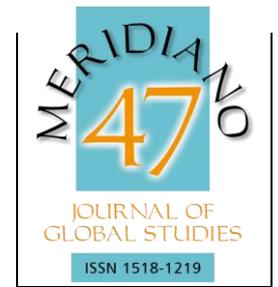
Essa fase – de 1992 a 2008 – coincidiu com uma era de unipolaridade americana, em que a própria China buscou se acomodar à ordem internacional (Zhao, 2008) e os Estados Unidos a engajaram para que o fizesse. Os chineses utilizaram a diplomacia estrategicamente ao continuar estimulando uma multipolaridade global em contrapartida ao cenário multipolar imediato do pós-Guerra Fria, onde seu principal objetivo era eliminar ideias como a da ‘ameaça chinesa’. Conforme Shambaugh (2004), essa normalização de relações com a ROK poderia representar o desejo da China de poder participar nas discussões entre as Coreias, bem como os Estados Unidos e o Japão já participavam, e a guinada diplomática sul-coreana pudesse representar uma oportunidade para promover aproximação diante de tópicos envolvendo a RPDC.

Durante os governos progressistas de Kim Dae-jung (1998-2003) e Roh Moo-hyun (2003-2008), as relações entre China e ROK estiveram, em grande parte, em bons termos. Ambas as lideranças lançaram novas estratégias de política externa, como a reconciliação com a RPDC (*Sunshine Policy*) e maior autonomia dentro e em relação à aliança com os EUA (Maduz, 2023). Destaca-se que a parceria entre a China e a ROK foi elevada a níveis de cooperação para esferas além da economia e houve crescimento dos investimentos bilaterais. Entretanto, momentos de tensão também podem ser evidenciados durante esse período, como a Guerra do Alho<sup>8</sup> de 1999, que seria um precursor das sanções econômicas e disputas comerciais que a ROK encontraria no século XXI, além das controvérsias envolvendo o território de Goguryeo em 2004. Como os progressistas têm a unificação

---

<sup>7</sup> Goguryeo foi uma unidade política na região da Manchúria, considerado o berço da civilização coreana. A China reivindica a região como parte importante da sua história, o que gerou um grande debate sobre o ‘dono’ de Goguryeo.

<sup>8</sup> Uma disputa comercial entre China e ROK onde a China retaliou a taxaço de seus produtos pelo governo coreano ao proibir completamente a importação de produtos sul-coreanos como polietilenos e telefones. Ver Chung (2003).



nacional como um objetivo político, Roh Moo-hyun (2003-2008) chegou a declarar que a relação com os chineses teria caráter diferente dos governos conservadores, objetivando uma política externa sul-coreana mais independente e que realizasse o papel de estabilizador do Nordeste Asiático, a ‘ponte’ entre o Japão e a China (Lee, 2020).

Uma outra fase foi entre 2008-2015, marcada pela Parceira Cooperativa Estratégica. a Parceria Cooperativa Estratégica de 2008 corresponde ao governo conservador de Lee Myung-bak (2008-2013), eleito pelo partido Hannara, antecessor do Saenuri e atual PPP. A parceira correspondeu a uma tentativa chinesa de restringir a influência estadunidense na política sul-coreana, já que Myung-bak colocou a aliança com os Estados Unidos em suas prioridades de governo. A parceria acontece no momento em que os norte-americanos tinham sua hegemonia em questionamento durante a crise de 2008 e a visível ascensão econômica chinesa. Ainda conforme Lee (2020), foi nesse mesmo ano que a China expressou publicamente pela primeira vez sua insatisfação com as relações entre ROK e EUA

Um terceiro elemento - a RPDC - fez com que as relações entre China e ROK acabassem azedando a partir de 2010 com os incidentes de Cheonan<sup>9</sup> e da ilha Yeonpyeong<sup>10</sup>. A preferência dos chineses em manter a península estável e não direcionar represálias ao governo norte-coreano fez com que os sul-coreanos buscassem apoio na aliança triangular com o Japão e os Estados Unidos para conter o vizinho do norte, fazendo com que as relações passassem a um momento ainda mais delicado envolvendo assuntos cada vez mais políticos e de segurança internacional.

A partir do cenário exposto, é evidente que a ROK e a China, apesar de possuírem relações históricas e contemporâneas, vivenciam momentos de melhora e deterioração de suas relações. Na próxima seção, será realizada a análise da política externa sul-coreana para a China durante os anos 2013 e 2022 dentro dos governos da conservadora Park Geun-hye e do democrata Moon Jae-in com apoio dos Livros Brancos de Segurança da ROK. O intuito é compreender se o país estaria adotando uma postura de *balancing*, *bandwagoning* ou de *hedging*. Os Livros Brancos de Defesa<sup>11</sup> são documentos oficiais lançados bianalmente pelo Ministério da Defesa Nacional da ROK, sendo escolhido como método de análise por permitir uma análise além das tradicionais relações sino-coreanas, expandindo-as para o multilateralismo nas organizações e fóruns internacionais.

## A política externa sul-coreana para a China nos governos Park e Moon: *balancing* ou *hedging*?

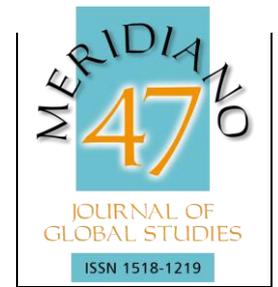
### Governo Park Geun-Hye

---

<sup>9</sup> Em 26 de março de 2010, o navio ‘Cheonan’ da marinha sul-coreana foi afundado por um torpedo norte-coreano no Mar Amarelo, causando a morte de 46 pessoas. A China argumentou que o incidente na verdade foi causado pelos Estados Unidos, pois o torpedo utilizado pela RPDC não teria capacidade de afundar o Cheonan, causando distanciamento diplomático por parte da Coreia do Sul.

<sup>10</sup> Bombardeamento norte-coreano ocorrido em 23 de novembro de 2010 como uma retaliação aos exercícios militares sul-coreanos conduzidos na região da ilha. 4 pessoas morreram e outras 22 ficaram feridas. A China pediu pela paz na península, mas não condenou os ataques da RPDC.

<sup>11</sup> Do coreano 국방백서



Park Geun-hye nasceu em 2 de fevereiro de 1952 na cidade de Daegu em meio ao conflito da Guerra da Coreia. É a primeira filha do general Park Chung-hee, considerado uma das principais figuras conservadoras da ROK, que também foi líder político do país durante o período de 1963 até 1979. O general Park é lembrado como responsável pelo Milagre Econômico na ROK<sup>12</sup> e seus ideais - como o militarismo, a admiração pelos Estados Unidos e Japão, o desenvolvimentismo, o populismo, dentre outros - também servem como base para a fundação do conservadorismo sul-coreano (Han, 2004; Brazinsky, 2005).

Sua participação política iniciou ao ser nomeada como primeira-dama após o assassinato de sua mãe, Yuk Young-soo, em 1974. Com o assassinato de seu pai em 1979, Park retornaria a política novamente apenas em 1998 a partir de sua eleição como vereadora na cidade de Daegu, cargo que permaneceu até 2012 quando tornou-se líder do partido e alterou o nome deste para Saenuri. Em 2007, Park disputou internamente com Lee Myung-bak (2008-2013) a indicação para constituir as eleições presidenciais pelo partido, perdendo por uma margem pequena de votos.

Park foi amplamente criticada dentro do partido conservador por não apoiar o governo de Lee, no entanto, ela colecionava uma grande aprovação pública devido ao seu histórico político, o que possibilitou sua vitória nas eleições de 2012, que disputou juntamente de Moon Jae-in como representante da oposição. Ela foi a décima primeira presidente do país e a primeira mulher a chegar ao cargo. No entanto, seu mandato foi interrompido em 2016 após um processo de *impeachment* sob a acusação de tráfico de influência, corrupção e abuso de poder. Como membro do partido conservador, a postura de Park na política externa era prevista como pró-Estados Unidos, enquanto países como China e Coreia do Norte receberiam um discurso mais incisivo. Ao se direcionar ao Congresso estadunidense em 2013, Park ressaltou que a Coreia do Sul era 'grata' aos Estados Unidos pela ajuda contra a Coreia do Norte e que a Coreia do Sul não aceitaria a presença de armas nucleares norte-coreanas na península, que os faria 'pagar' por tentar afetar a relação entre a ROK e os Estados Unidos (CNN, 2013). Quando perguntada sobre a reunificação das Coreias, Park destacou que o papel do governo estadunidense no processo era indispensável e a paz na península dependia do país (CNN, 2013).

A ROK não foi o único país a empossar um novo líder naquele período. Em 2011, Kim Jong-un ascendeu como líder da República Popular Democrática da Coreia após a morte de seu pai, Kim Jong-il. Em 2012, Shinzo Abe retornaria ao cargo de primeiro-ministro do Japão cinco anos após seu primeiro mandato. Por fim, em 2013 Xi Jinping chega ao cargo de presidência na China após assumir também a liderança do Partido Comunista Chinês. Do lado estadunidense, o democrata Barack Obama começava seu segundo mandato e a região da Ásia-Pacífico passou a receber muita atenção dos estadunidenses

---

<sup>12</sup> O milagre econômico corresponde aos anos de 1961, quando a junta militar liderada por Park Chung Hee toma o poder até o ano de 1997, ano em que as economias asiáticas sofrem retração a partir do colapso financeiro de suas moedas frente ao câmbio norte-americano. O modelo econômico adotado por Park baseado nas exportações e no fortalecimento rural da ROK permitiram que a economia se desenvolvesse e impulsionasse processos como a industrialização, a urbanização e o aumento de prestígio internacional.

após as campanhas mal-sucedidas no Iraque e no Afeganistão. A ascensão da China fez com que a região do Nordeste Asiático se tornasse vital para a manutenção de hegemonia dos Estados Unidos, que começou a investir na região através de iniciativas como o Diálogo Quadrilateral de Segurança, o Acordo de Associação Transpacífico e o Reequilíbrio da Ásia.

Como parte do ideal de inclinação à aliança EUA-ROK, a primeira viagem internacional do governo de Park Geun-hye ocorreu em maio de 2013, com destino aos EUA em comemoração ao 60º aniversário da aliança entre os dois países. Em 2014, os governos concordaram em trabalhar juntos pela desnuclearização da RPDC. No livro de 2016, a ROK afirma que as relações entre Estados Unidos-China seriam essenciais para entender o futuro do entorno regional nos próximos anos. Nesse sentido, é reforçado que a aliança EUA-ROK existe unicamente com o propósito de conter investidas norte-coreanas e que o Japão também passaria a participar desse arranjo a partir de sua proximidade com a superpotência. Anualmente, durante o governo de Park, os Estados Unidos e a ROK realizavam três exercícios militares como parte do seu protocolo de segurança, sendo eles o *Key Resolve*, o treinamento *Foal Eagle* e o *Ulchi Freedom Guardian*.

Apesar da percepção de ameaça por parte do país norte-americano em relação à China, o governo Park em 2014 acreditava que “... os Estados Unidos continuarão a manter sua posição dominante(...) com base em sua esmagadora superioridade militar, tecnologia científica avançada e *soft power*” (ROK, 2014, tradução nossa). Essa visão sofre algumas mudanças com a publicação de 2016, onde o Ministério admite que os Estados Unidos têm feito esforços para manter a estabilidade de sua influência através de expansões militares e de participações em órgãos multilaterais regionais, possivelmente em decorrência das disputas envolvendo o Mar do Sul da China.

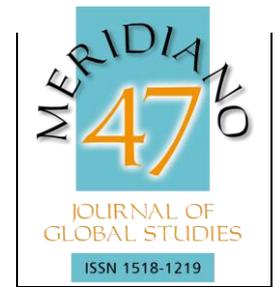
O governo de Park chama a atenção para a existência de um ‘paradoxo asiático’ onde “o aprofundamento da interdependência econômica não é proporcional à cooperação na área da segurança” (ROK, 2016, tradução nossa). Apesar do tom de insegurança, o único país retratado como ameaça para a segurança nacional é a RPDC. O Japão é descrito de forma amigável, onde a única objeção para aflorar os laços diplomáticos entre os países sendo a disputa pelas ilhas Dokdo/Takeshima<sup>13</sup>, enquanto problemas envolvendo as mulheres de conforto<sup>14</sup>, o revisionismo histórico<sup>15</sup> e outros crimes cometidos pelo Japão Imperial são omitidos.

As relações com a RPDC são um dos temas centrais dos Livros Brancos. Durante o governo de Park, observam-se palavras como “ofensivas”, “provocações”, “unilateralidade” sendo utilizadas para descrever ações militares norte-coreanas. O Ministério da Defesa escreve que “*não houve progresso significativo na construção de confiança militar inter-coreana devido às contínuas ameaças e*

<sup>13</sup> Grupo de pequenas ilhas localizadas no Mar do Japão. As ilhas são objeto de uma disputa territorial entre a Coreia do Sul e o Japão desde o século XX.

<sup>14</sup> “Mulheres de conforto” é um termo eufemístico usado para descrever as mulheres que foram sequestradas e recrutadas de forma forçada para servir ao exército japonês como escravas sexuais durante a Segunda Guerra Mundial. Essas mulheres vinham predominantemente de países ocupados ou colônias japonesas, incluindo a Coreia, China, Filipinas e outras regiões da Ásia.

<sup>15</sup> Refere-se à reinterpretação dos eventos históricos pelo Japão, especialmente aqueles relacionados à Segunda Guerra Mundial e à ocupação japonesa da Coreia, de uma forma a minimizar ou negar ações do país no período.



*provocações da RPDC*” (ROK, 2014, tradução nossa). Apesar disso, destaca-se que em 2013 houve o restabelecimento da linha de comunicação entre ambos os países e a reativação do Complexo Industrial de Kaesong<sup>16</sup>. Diversos testes militares norte-coreanos foram realizados durante o período da presidência de Park, entre eles os lançamentos de mísseis em 2012 e 2015, de torpedos em 2014 e testes nucleares entre 2013 e 2016. Em resposta ao teste nuclear ocorrido em janeiro de 2016, a ROK implementou sanções econômicas contra o norte e a desativação do Complexo Industrial de Kaesong, sendo respondida com ameaças à Casa Azul - sede da presidência sul-coreana - contendo imagens de armas nucleares em desenvolvimento. O Ministério de Defesa ainda destaca que a RPDC estaria se aproximando da Rússia e buscava engajar-se militarmente com a China em uma reação “infundada” ao Terminal de Defesa da Área de Alta Altitude (THAAD)<sup>17</sup>.

As relações sino-coreanas durante o mandato de Park começaram relativamente ruins em consequência de “provocações” norte-coreanas e a falta de resposta chinesa a estes, progredindo significativamente e atingindo seu ápice em 2015. Em 2016 elas entram em estado crítico com a adesão por parte da ROK ao THAAD. Essa decadência é resultado de decisões equivocadas, que conforme Ku (2019), foram resultado direto de uma articulação deficitária dentro do próprio governo Park, que falhou em barganhar diplomaticamente e resultou na queda de popularidade doméstica e internacional. Hwang (2014) destaca que a aproximação da China em relação a ROK é uma resposta direta à participação mais ativa dos Estados Unidos no Nordeste Asiático, tentando obter ganhos diante da problemática dinâmica no triângulo Japão-ROK-EUA e a hesitação sul-coreana frente ao vizinho insular.

Em junho de 2013, a presidente visitou a China e encontrou-se com Xi Jinping (Hwang, 2014). A visita resultou na *Declaração Conjunta ROK-China para Visão de Futuro*, com o objetivo de aumentar as trocas bilaterais nas áreas política e de segurança. A Cúpula ROK-China durante os anos de Park foi o principal canal para composição de iniciativas bilaterais, a exemplo da criação de uma linha telefônica direta entre os ministérios da defesa de ambos os países e a busca pela desnuclearização da RPDC de forma conjunta. A rápida resolução da questão envolvendo a Zona de Identificação de Defesa Aérea da Coreia (KADIZ)<sup>18</sup> também demonstrou que ela estava engajada em melhorar as relações com a China.

Uma das principais ações de Park em 2013 foi a proposta de repatriação de restos mortais de soldados chineses que participaram na Guerra da Coreia<sup>19</sup>, aceita em novembro do mesmo ano por Xi.

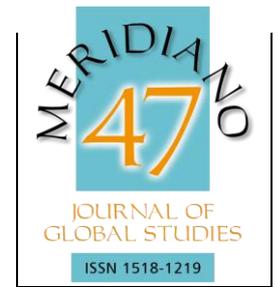
---

<sup>16</sup> Criado em 2004 e localizado a 10 quilômetros da Zona Desmilitarizada da Coreia, é uma região administrativa especial onde as duas Coreias realizaram cooperação econômica.

<sup>17</sup> Sistema de mísseis antibalísticos criado pelo Exército dos Estados Unidos como um programa militar. Foi desenvolvido durante a Guerra do Golfo em 1991 e atualmente está presente também na Turquia e nos Emirados Árabes.

<sup>18</sup> A questão diz respeito ao incidente de 2013 em que a China incluiu áreas da zona aérea sul-coreana em seu domínio aéreo sem consultar o governo da ROK. O evento é mencionado nos anexos do Livro de Defesa de 2014 da ROK, mas ressalta positivamente a postura chinesa no empenho em resolver o conflito.

<sup>19</sup> Consiste em um cerimonial anual onde restos mortais escavados pelo exército sul-coreanos são limpos e enviados para a China no mês de abril.



O Ministério da Defesa advoga que essa ação foi essencial para alavancar as relações entre os dois países, considerada um marco na história da diplomacia sino-coreana (ROK, 2014). Nota-se que grande parte das ações do governo Park para a China envolviam diplomacia militar, a exemplo da apresentação da Sinfonia Militar Nacional Coreana para a China, intercâmbio entre esquadrões militares e entre institutos militares de pesquisa e educação.

Dois eventos importantes representam o ano de 2014. O primeiro é a visita de Xi Jinping à ROK, que se deu antes da visita do líder chinês ao aliado do norte. Lee (2020) explica que, tradicionalmente, os líderes chineses tendem a visitar primeiro a RPDC e depois a ROK, mas Xi inverteu essa ordem pela primeira vez devido à sua proximidade com Park e também como uma possível retaliação aos testes militares realizados pelo Norte no ano anterior.

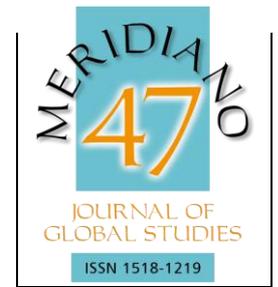
O segundo evento, e que é importante para compreender a influência dos Estados Unidos na política sul-coreana, foi o acordo com o ministro japonês Shinzo Abe em relação às mulheres de conforto. Ainda que tenha sido concluído em 2015, este já vinha sendo articulado pelo governo Obama como uma estratégia para aproximar seus aliados na Ásia. O acordo foi uma resposta de Shinzo Abe ao governo norte-americano de normalização das relações entre Japão e ROK, enquanto a aceitação dele pela presidente Park demonstra a extrema preocupação dos Estados Unidos em criar uma aliança trilateral entre estes países (Hwang, 2014).

Em 2015 o evento destacado por Lee (2020), o desfile militar comemorando o final da Segunda Guerra Mundial na China, representaria o ápice das relações China-ROK. Naquele mesmo ano, houve a entrada da ROK no Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e a criação do Acordo de Livre Comércio China-ROK. Simultaneamente, Park recusou entrar na Parceria Transpacífico e conforme Ku (2019), essa decisão somada à sua falta de engajamento em retomar conversas com o primeiro-ministro Abe levou aos Estados Unidos a pressionar o governo Park a aceitar uma aliança militar triangular entre ROK, Japão e EUA, indo contrariamente à opinião popular sul-coreana e prejudicando significativamente a aceitação do governo Park no âmbito doméstico.

Em 2016, as relações com a China passam por péssimos momentos, grande parte deles motivados pelo lançamento do THAAD. O THAAD não foi adotado, do ponto de vista sul-coreano, como uma resposta à ameaça chinesa, mas sim à sensação de insegurança que aumentava conforme os testes militares da RPDC se tornavam mais frequentes (Lee, 2020). Em julho daquele ano, de acordo com o Livro de Defesa de 2016, algumas formas de troca entre ROK e China foram interrompidas em protesto ao THAAD e como resultado de sanções econômicas chinesas à ROK. Conforme Lye e Chen (2017), a medida afetou fortemente o setor cultural e o turismo entre os países, uma vez que houve uma forte retaliação por parte da China em relação aos produtos advindos da ROK.

O ministro sul-coreano destacou, com uma passagem do Livro de Defesa da China de 2015, a intenção chinesa de se tornar o líder de um movimento de regionalismo no Leste Asiático através de um novo conceito de segurança, onde “o povo da Ásia defende a segurança da Ásia” (ROK, 2016, tradução nossa). Em sua interpretação, o Ministério de Defesa destacou que:

“To ensure continuous economic growth and national development, China is likely to seek peace and stability on the



Korean peninsula as well as in Northeast Asia, while aggressively responding to issues that are related to its core national interests.”  
(ROK, 2016)

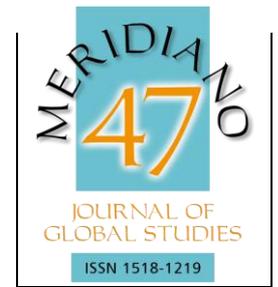
Com os eventos de 2016, a posição da China torna-se muito mais relevante, pois demonstra um engajamento ativo em diminuir a presença americana na região. Han (2008) aponta que a ROK é o Estado com mais potencial no Leste Asiático de tomar uma posição pró-China, no entanto, os Estados Unidos demonstraram que não estão dispostos a deixar que seus aliados se distanciem mais do que o absoluto necessário. O processo de *impeachment* de Park, no entanto, impediu que ela pudesse responder à dinâmica cada vez mais tensa entre China e Estados Unidos pela supremacia no Leste Asiático.

No geral, Park Geun-hye (2013–2017) permaneceu comprometida com uma forte aliança com os Estados Unidos e com uma política linha-dura contra a RPDC. Ao mesmo tempo, a ex-presidenta se destacou com iniciativas individuais, não seguindo estritamente a linha tradicional do partido. Park fortaleceu as relações com a China, que haviam estagnado sob seu antecessor, e se encontrou com o presidente chinês, Xi Jinping, em várias ocasiões. Entende-se que a presidente se afastou da China não como parte de uma política ou guiada pela ideologia de seu partido, mas sim por decisões mal calculadas dos gestores do seu governo doméstico e que esse movimento político acabou causando um maior tensionamento regional, além de sua queda de popularidade. No entanto, quando analisamos seu aceno positivo às ações militares conjuntas com Estados Unidos e Japão, é importante destacar o papel do governo norte-americano durante o período analisado como um mediador nas relações entre ROK e Japão, pois a aproximação destes através da resolução de acordos envolvendo o passado colonial japonês culminou no THAAD. Ou seja, embora Park tenha tentado barganhar entre seus aliados, acabou encurralada entre as pressões governamentais do governo Obama e fragilizou significativamente o progresso feito até então com a China.

### Governo Moon Jae-In

Moon Jae-in nasceu em 24 de janeiro de 1953, na região de Busan em uma família de refugiados norte-coreanos. Formou-se em direito na Universidade Kyung Hee através de uma bolsa de estudos e foi liderança estudantil em protestos durante o período ditatorial sul-coreano, particularmente ativo durante o período da Quarta República Coreana (1972-1981), que correspondeu à segunda metade do governo de Park Chung Hee, pai de Park Geun-hye.

Devido ao seu histórico de oposição ao governo militar, Moon não conseguiu ser admitido em cargos estatais, indo trabalhar com o futuro presidente Roh Moo Hyun (2003–2008) na década de 1980. Durante o governo de Roh entre 2003 e 2008, Moon passou por cargos de aconselhamento ao presidente com o título de Secretário Presidencial, além de ter coordenado a defesa de Roh contra um pedido de *impeachment* da Assembléia Nacional em 2004, saindo vitorioso. Sua inserção oficial na política ocorreu nas eleições legislativas de 2012, quando foi eleito para representar Busan pelo



Partido Democrático Unido (atual Partido Democrático, não confundir com o Partido Democrático da Coreia).

Moon adquiriu bastante popularidade política ao se aproveitar de escândalos de membros do partido conservador para se apresentar como um candidato moderado, ainda que não tenha sido suficiente para garantir sua vitória contra Park em 2012. No entanto, Moon foi eleito representante do Partido Democrático em 2015 e apontado como o provável ganhador das eleições de 2017 antes do *impeachment* de sua adversária. Selecionado como membro representante da oposição, foi eleito com mais de 40% dos votos em maio de 2017. Por se tratar de uma eleição atípica frente a um *impeachment*, Moon foi empossado no mesmo dia em que foi eleito.

Considerando as imagens e ideias de Moon, seria possível argumentar que a liderança dedicaria seus esforços para as relações entre Coreias e isso é verificado quando Moon exclamou que estaria disposto a conversar com os líderes chineses, japoneses e estadunidenses sobre o acordo do THAAD e que ele iria para ‘qualquer lugar’ se isso significasse uma oportunidade para a unificação da península coreana (Al Jazeera, 2017). Buscando por conciliação uma melhor relação com a China como parte da sua estratégia de se aproximar da Coreia do Norte, em sua primeira visita oficial ao país, Jae-in desejou por uma ‘nova era’ nas relações China-ROK baseada na confiança e respeito mútuos, destacando a necessidade de acordos escritos e reconhecendo as preocupações e frustrações chinesas sobre o THAAD como válidas (Financial Times, 2017). Igualmente, quando os Estados Unidos ameaçaram retribuir investidas militares, Moon deixou claro que a Coreia do Sul não aceitaria decisões unilaterais sobre a península sem a permissão do governo sul-coreano (New York Times, 2017).

O novo presidente herda um cenário geopolítico tenso e restritivo, mas com perspectivas de mudanças. Nos EUA, o republicano Donald Trump (2017-2022) foi empossado como presidente em janeiro daquele ano, o que fez com que a política americana para a Ásia sofresse mudanças. Em 2018, a ROK foi responsável por sediar as Olimpíadas de Inverno de Pyongyang, um importante evento para a diplomacia sul-coreana e que teve destaque na política de Moon para a integração regional, sendo abordado em detalhes nos próximos parágrafos. Em 2020, a pandemia de Covid-19 paralisou o mundo e fez com que os governos precisassem adaptar suas políticas a uma nova realidade. Em setembro do mesmo ano, Shinzo Abe renunciou ao cargo de primeiro-ministro e Yoshihide Suga, também membro do PLD, assumiu um Japão que precisava hospedar as Olimpíadas de 2020 em formato adaptado à situação pandêmica.

A abordagem de Jae-in para a política externa é bastante diferente do governo anterior, buscando por um *hedging* e autonomia estratégica tanto da China quanto dos EUA em suas relações diplomáticas. Isso é evidenciado no Livro de Defesa de 2018, que descreve o desejo da ROK de “*ampliar o horizonte da diplomacia do país e expandir as bases para a paz e a prosperidade na Península Coreana*” (ROK, 2018, tradução nossa). Moon foi o primeiro presidente coreano a visitar todos os países da ASEAN, destacando também sua grande participação em eventos e fóruns multilaterais asiáticos como a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, o Fórum Regional da ASEAN e a Cúpula de Segurança da Ásia. A política de expansão para o Sudeste Asiático foi chamada de *New Southern Policy*, enquanto as estratégias regionais foram chamadas de *New Northern Policy*.

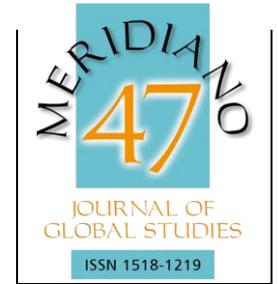
Os Estados Unidos ganham papel de destaque nos livros do governo Moon, a aliança ROK-EUA sendo utilizada como parâmetro para as ações militares detalhadas pelo Ministério da Defesa em ambas as edições. Sua superioridade militar é exaltada, bem como as intenções americanas de contribuir com a segurança na península coreana. Na versão de 2020, particularmente, mesmo as relações inter-coreanas caem sob a ótica da aliança com norte-americanos, onde é descrito que “a ROK assumirá a liderança na resolução dos problemas da Península Coreana por meio da cooperação regional baseada na aliança ROK-Estados Unidos” (ROK, 2020, tradução nossa). Essas informações explicam e demonstram a inclinação discreta do presidente sul-coreano para com os Estados Unidos.

Quanto às percepções de ameaça de seu entorno regional, os livros do governo Moon demonstram uma grande preocupação com o avanço militar de países como o Japão e a Rússia, enfatizando uma crescente insegurança na região. A Covid-19 e as disputas no Mar da China também são destacadas como eventos que promovem o aumento da tensão no Leste Asiático (ROK, 2020). Poucas são as menções relativas à China, mas o Ministério da Defesa ressalta em ambos os livros que os chineses, junto dos russos, são vistos como potências revisionistas ao sistema internacional e que o presidente Xi tem planos ambiciosos para sustentar seu país como uma potência mundial. A ROK como nação não vê a China como um problema, mas reconhece a mudança estrutural de polaridade na região, o que pode fazer com que a aliança militar com os Estados Unidos seja acionada caso necessário.

As relações sino-coreanas observaram uma melhora na gestão de Moon em relação ao tensionamento ocorrido em 2016. É possível dizer que sua administração estabilizou a situação diplomática com a China, mas tanto as relações sino-coreanas quanto a aliança EUA-ROK foram acionadas em prol da política inter-coreana almejada por Moon durante seus primeiros anos de governo. Em síntese, a China não foi uma das prioridades de seu governo, o que tornou o relacionamento entre os dois países um tanto distante, ainda que equilibrado. Xi nunca visitou a ROK durante o mandato de Moon e o advento da Covid-19 impossibilitou futuras aproximações.

O primeiro evento internacional de Moon, a Cúpula do G20 em julho de 2017, foi o local de seu primeiro pronunciamento oficial sobre a posição de seu governo em relação aos tensionamentos regionais, reafirmando seu compromisso com seu discurso eleitoral. A resolução nas relações sino-coreanas ficou conhecida como o Acordo dos “Três Nãos” e determinou que: (a) não haveria nenhuma implementação adicional do THAAD, (b) a ROK não se engajaria com uma participação em uma rede de defesa antimísseis liderada pelos Estados Unidos e (c) a ROK não se envolveria mais em uma aliança militar trilateral com os Estados Unidos e o Japão (The Korea Herald, 2022). No entanto, ao final daquele mesmo mês, o presidente sul-coreano entrou em diálogo com os Estados Unidos para aumentar seu poderio militar em resposta aos exercícios nucleares norte-coreanos, o que não foi bem aceito pela China. A situação foi revertida em dezembro, durante uma cúpula, onde Moon e Xi concordaram em restaurar a cooperação bilateral, especialmente nas áreas de diplomacia e segurança internacional.

Em 2018, ocorreram três encontros entre Moon Jae-in e Kim Jong-un na Zona Desmilitarizada da Coreia e que representam uma grande parte do legado da gestão Moon na área de política externa.



Comprometido com uma política intercoreana ativa, o governo Moon destacou como objetivo de sua defesa nacional de 2018 *“contribuir para a paz e a estabilidade no Leste Asiático e resolver pacificamente a questão nuclear norte-coreana através de uma diplomacia cooperativa com os países vizinhos”* (ROK, 2018, tradução nossa). Conforme Lee (2020), as relações sino-coreanas são essenciais para os próprios interesses da ROK no contexto do conflito com a RPDC, já que a China é o principal parceiro econômico de ambas e um possível canal de comunicação trilateral. Naquele mesmo ano, os ministros de defesa chinês e sul-coreano concordaram com a retomada de intercâmbios militares e o desejo de aumentar a cooperação na área da defesa entre os dois países.

As relações sino-coreanas, especialmente na área econômica, tiveram suas assimetrias expostas com a guerra comercial de China e Estados Unidos ocorrida entre 2018 e 2019. He e Sora (2020) destacam a forte ligação econômica entre ROK e seu vizinho chinês nas cadeias globais de valor e as análises feitas por Chung (2018) e Hyun (2017) revelam que, enquanto a China é o principal parceiro comercial da ROK, o contrário não se aplica, estando em quarto lugar de parceiros comerciais do país. A experiência das sanções econômicas aplicadas em setores importantes da economia sul-coreana deixou claro para o governo Moon que as relações econômicas entre os dois países são um importante instrumento de constrangimento para a China e que uma desestabilização no mercado chinês traria mais problemas para a ROK.

O ano de 2020 representou um desafio para o Leste Asiático e o resto do mundo com o advento da pandemia de Covid-19. As posições da ROK durante o período foram na contramão do mundo, conforme destacado por Snyder e Byun (2020). Moon permitiu que voos vindos da China pudessem continuar aterrissando na ROK e ainda concordou em cooperar com o vizinho chinês por meio de mecanismos e assistências financeiras mais altas que os próprios investimentos feitos domesticamente. O fato foi mal recepcionado internamente e fez com que Moon recebesse duras críticas de políticos, enquanto representantes chineses elogiaram sua postura afirmando que *“a relação da ROK e da China nesse momento deve servir como um exemplo para o resto do mundo”* (Snyder; Byun, 2020). Em sua atuação multilateral e como parte de sua estratégia diplomática, ainda em 2020, o governo Moon assinou a Parceria Econômica Regional Abrangente (PERA), um acordo entre os países-membros da ASEAN e a Área Livre de Comércio da ASEAN - com exceção da Índia - reforçando sua narrativa de expansão da diplomacia sul-coreana com seu entorno regional.

Nota-se que assim como seus predecessores progressistas, Moon investiu seu capital político em melhorar as relações com a RPDC. Além disso, o governo de Moon reconheceu a importância de investir continuamente na aliança militar da ROK com os EUA e na cooperação de defesa com parceiros regionais, em suas próprias capacidades militares (Maduz, 2023). Os esforços da administração de Moon contribuíram significativamente para a redução da escalada do conflito entre a RPDC e os EUA e ajudaram a alcançar uma distensão nas relações entre a ROK e a China no final de 2017 (Maduz, 2023).

No entanto, políticos conservadores e críticos ao governo de Moon, como o seu sucessor Yoon Suk-yeol, argumentaram que o ex-presidente Moon priorizou as relações inter-coreanas em detrimento das relações com outros países. Não por acaso, nos últimos anos, questões substanciais

relacionadas à aliança com os Estados Unidos permaneceram inertes sob o governo Moon, incluindo questões de compartilhamento de custos de defesa e a transferência da autoridade de controle operacional em tempos de guerra para a ROK. Nota-se também que enquanto as relações com a China melhoraram novamente, as relações com o Japão atingiram um grau decadente (Maduz, 2023).

Segundo Maduz (2023), os analistas descrevem a posição de Seul durante o governo Moon como uma estratégia de "evitar escolhas" ou de "ambiguidade estratégica". No geral, em uma análise dos anos do governo de Moon Jae-in, é possível inferir que sua política externa se direcionou a buscar independência da rivalidade Estados Unidos e China, que aprisiona a ROK, através de fóruns bilaterais e iniciativas voltadas para o Sudeste Asiático. Tais elementos indicam que o governo de Moon Jae-in, percebendo as mudanças na polaridade regional, somada com as tensões entre as duas superpotências, optou por uma política mais próxima do *hedging*, em uma espécie de autonomia estratégica. Analisando as ações do período, considera-se a realização de um *hedging* tanto nas esferas militar, diplomática e econômica.

## Conclusão

A análise realizada neste estudo evidencia que ambos os governos sul-coreanos foram profundamente afetados pelas mudanças no contexto regional e internacional. O artigo destacou, por meio da teoria realista neoclássica e do debate sobre a abordagem de *hedging* no cenário global, que o governo sul-coreano adotou comportamentos levemente distintos conforme a liderança no poder, sendo moldado pelas ideias e percepções das administrações de Park e Moon, com uma influência particular do SI.

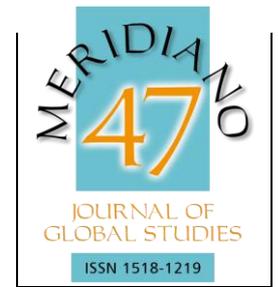
A partir de nossas análises é possível observar que durante o governo Park, um governo mais conservador, apesar de aproximar-se da China, foi pressionado pelos Estados Unidos e pelo próprio governo a alinhar-se militarmente ao país. Nesse cenário, apesar de um possível *hedging* diplomático e econômico, a ROK agiu por meio de uma postura mais próxima de *balancing* com os Estados Unidos, com leves indícios de crítica em relação à ascensão da China. Ainda assim, existem dificuldades para enquadrar o governo de Park em um *balancing*, posto que existiram ações que buscaram inclinar uma aproximação com a China, indicando um elemento de *hedging*, convencional ou político-militar.

No caso do governo Moon, a postura da liderança demonstrou-se inclinada para os Estados Unidos e, ao mesmo tempo, para a busca de conservação de relações amistosas e próximas com a China, diante do seu interesse por tentar negociar suas relações com a RPDC no período. Tal fato também pode ser observado, sobretudo, pelos próprios interesses de Moon, como descendente de norte coreanos refugiados. Durante seu governo, Seul priorizou agir em fóruns multilaterais e diversificar seus parceiros diplomáticos, com o intuito também de escapar de armadilhas perante o aumento de tensões entre Estados Unidos e China com a guerra comercial. O governo evidenciou de maneira mais clara uma abordagem de *hedging* em relação a ambos os países, no entanto, essa ação precisa ser categorizada a partir da inclinação e maiores preocupações por negociações com a RPDC, o principal foco da política externa do período.

Após a derrota de Moon na corrida presidencial, assumiu o poder novamente um líder do campo conservador na ROK, liderança que tem promovido nos primeiros anos de mandato, uma visão de política externa e de segurança diametralmente opostas às mantidas por Moon. Segundo Maduz (2023), Yoon criticou Moon por ver diminuição do papel da ROK na política regional e internacional devido ao foco estreito de sua política externa na RPDC. Além disso, o presidente apresentou o forte interesse de fortalecer o papel global da ROK, aprofundando sua aliança com os Estados Unidos, normalizando os laços com o Japão e adotando uma postura mais crítica tanto em relação à China e à RPDC, o que pode apresentar uma mudança na estratégia a ser adotada pela ROK nos próximos anos.

### Referências bibliográficas

- Bedeski, Robert E. 1995. "Sino-Korean Relations: Triangle of Tension, or Balancing a Divided Peninsula?" *International Journal*(Toronto, Ont.) 50(3): 516. <https://doi.org/10.2307/40203020>.
- Brazinsky, Gregg Andrew. 2005. "From pupil to model: South Korea and American development policy during the early Park Chung Hee era". *Diplomatic history* 29(1): 83–115. <http://www.jstor.org/stable/24914785>.
- Cha, Victor D. 2009. "Powerplay: Origins of the U.s. alliance system in Asia". *International security* 34(3): 158–96. <http://www.jstor.org/stable/40389236>.
- Chung, Jae Ho. 2003. "From a special relationship to a normal partnership?: Interpreting the 'garlic battle' in Sino-South Korean relations". *Pacific affairs* 76(4): 549–68. <http://www.jstor.org/stable/40026421>.
- Han, Seung-Mi. 2004. "The New Community Movement: Park Chung Hee and the making of state populism in Korea". *Pacific affairs* 77(1): 69–93. <http://www.jstor.org/stable/40022275>.
- Han, Sukhee. 2008. "From Engagement to Hedging: South Korea's New China Policy". *Korean Journal of Defense Analysis* 20(4): 335–51. <https://doi.org/10.1080/10163270802507328>.
- Jaeho Hwang. 2014. "The ROK's China Policy under Park Geun-hye: A New Model of ROK-PRC Relations". *International Journal of Korean Unification Studies* 23(1): 103–30.
- Kang, David C. 2009. "Between balancing and bandwagoning: South Korea's response to China". *Journal of East Asian Studies* 9(1): 1–28. <http://www.jstor.org/stable/23418681>.
- Kim, Anna. 2020. "Understanding Japan–South Korea Cooperation and Friction through Neoclassical Realist Theory". *Jadavpur Journal of International Relations* 24(1): 28–52. <https://doi.org/10.1177/0973598419888279>.
- Koga, Kei. 2018. "The concept of "hedging" revisited: the case of Japan's foreign policy strategy in East Asia's power shift". *International Studies Review* 20(4), 633-660
- Lee, Ji-Young. 2020. "The geopolitics of South Korea–China relations: Implications for U.s. policy in the Indo-pacific". <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PEAS24-1.html>.
- Lye, Liang Fook, e Juan Chen. 2017. "China-South Korea Relations: Terminal High Altitude Area Defence System Deployment and Implications for Bilateral Ties". *East Asian Policy* 09(04): 27–40.
- Maduz, Linda. 2023. "Explaining Korea's positioning in the US–China strategic competition". Em *China-US Competition*, 247–73. Cham: Springer International Publishing.
- ROK. Republic of Korea, Ministry of Defense. 2014 *Defense White Paper*, by National Defense Strategy Division. Seoul: Ministry of National Defense, 2014.



\_\_\_\_\_. *2016 Defense White Paper*, by National Defense Strategy Division. Seoul: Ministry of National Defense, 2016.

\_\_\_\_\_. *2018 Defense White Paper*, by National Defense Strategy Division. Seoul: Ministry of National Defense, 2018.

\_\_\_\_\_. *2020 Defense White Paper*, by National Defense Strategy Division. Seoul: Ministry of National Defense, 2020.

No to Three No's. 2022. The Korea Herald, Seul, 12 de ago. de 2022. Disponível em: <https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20220811000838>

Rose, Gideon. 1998. "Neoclassical realism and theories of foreign policy". World politics 51(1): 144–72.

Schweller, Randall L. 1994. "Bandwagoning for profit: Bringing the revisionist state back in". International security 19(1): 72.

———. 1997. "New Realist Research on Alliances: Refining, Not Refuting, Waltz's Balancing Proposition". The American Political Science Review 91(4): 927–30.

Shambaugh, David. 2004. "China engages Asia: Reshaping the regional order". International security 29(3): 64–99.

Shuquan, He, e Sora Ju. 2020. "The Impact of China-US Trade Conflict on Korean Economy". Socioeconomic Challenges 4(4): 18–28.

Snyder, Scott, e See-Won Byun. 2020. "China-Korea Relations under Quarantine". Comparative Connections. 15 de maio de 2020. <https://cc.pacforum.org/2020/05/china-korea-relations-under-quarantine>

South Korean president to Congress: 'No North Korea provocations can succeed'. 2014. CNN, Atlanta, 8 de maio de 2014. <https://www.cnn.com/2013/05/08/politics/south-korean-president-congress>

South Korea's Moon Jae-in willing to visit North Korea. 2017. Al Jazeera, Doha, 10 de maio de 2017. <https://www.aljazeera.com/news/2017/5/10/south-koreas-moon-jae-in-willing-to-visit-north-korea>

South Korea's Leader Bluntly Warns U.S. Against Striking North. 2017. New York Times, Nova Iorque, 15 de ago. de 2017. <https://www.nytimes.com/2017/08/15/world/asia/south-korea-moon-jae-in-trump.html>

South Korea's Moon Jae-in calls for 'new era' in China relations. 2017. Financial Times, Londres, 14 de dez. de 2017. <https://www.ft.com/content/d7ea5874-e0ba-11e7-a8a4-0a1e63a52f9c>

Waltz, Kenneth. 1979. "Theory of International Politics". Illinois: Waveland Press.

구양모. 2019. "Privatized Foreign Policy? Explaining the Park Geun-Hye Administration's Decision-Making Process". Korea Journal 59(1): 106–34.

유현정. 2017. "Moon Jae-in government's management strategy for the South Korea-China relations: Focused on the nation's measures for early resolution of the terminal high altitude area defense (THAAD) issues". Journal of Peace and Unification 7(2): 87–108.



Copyright: This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which allows unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.